

OS SIGNOS DISTINTIVOS TERRITORIAIS E A SMARTIFICAÇÃO DO TERRITÓRIO: UMA ABORDAGEM EXPLORATÓRIA DA REGIÃO ALENTEJANA DE PORTUGAL¹

ANTÓNIO MANUEL ALHINHO COVAS

Universidade do Algarve, Faculdade de Economia, Investigador do CIEO (Centro de Investigação sobre o Espaço e as Organizações), Faro, Algarve, Portugal
(acovas@ualg.pt)

MARIA DAS MERCÊS CABRITA DE MENDONÇA COVAS

Universidade do Algarve, Faculdade de Ciências Humanas e Sociais, Investigadora do CIEO (Centro de Investigação sobre o Espaço e as Organizações), Faro, Algarve, Portugal (mcovas@ualg.pt)

VALDIR ROQUE DALLABRIDA

Universidade do Contestado, Programa de Mestrado em Desenvolvimento Regional, Canoinhas, Santa Catarina, Brasil (valdirdallabrida@gmail.com)

Resumo:

Os Signos Distintivos Territoriais e a Smartificação do Território: uma abordagem exploratória da Região Alentejana de Portugal

Os signos distintivos territoriais podem contribuir decisivamente para a construção da iconografia de uma região, a reafirmação da sua marca impressiva territorial e estímulo ao desenvolvimento territorial. Com base nos signos distintivos territoriais podemos aspirar a desenhar um território-rede com inteligência coletiva própria e encontrar para ele um ator-rede catalisador. O ator-rede deste território-rede será o protagonista principal desta nova inteligência coletiva e de uma identidade em construção. Este processo cognitivo e criativo de construção do território-rede é aqui designado de smartificação do território. Para efeitos de observação, escolhemos as denominações de origem protegida (DOP) da região do Alentejo, em Portugal. Defendemos que os signos distintivos são uma parte essencial da cadeia de valor da região, cujo desafio desta nova fase consiste em encontrar um modelo de smartificação que respeite o território como paisagem orgânica global, mantendo-se compatível com uma lógica mais horizontal dos agroecossistemas.

Palavras-chave: Signos Distintivos Territoriais, Iconografia Regional, Inteligência Colectiva, Smartificação Do Território, Ator-Rede.

Resumen:

Los Signos Distintivos Territoriales y la Smartificación del Territorio: Un Enfoque exploratorio de la Región Alentejana de Portugal

Los Signos Distintivos Territoriales pueden contribuir decisivamente a la construcción de la iconografía de una región, a su marca territorial y para trabajar como palanca de su desarrollo. Con base en los Signos Distintivos Territoriales admitimos que se puede aspirar a dibujar un territorio-red con inteligencia colectiva y encontrar un actor-red catalizador. Este actor-red será el protagonista principal de esta nueva inteligencia colectiva y de una identidad en construcción. El proceso cognitivo y creativo de

¹ O texto faz parte de estudos realizados por investigadores do Brasil, Argentina, Portugal e Espanha, referentes ao Projeto de Pesquisa Signos Distintivos Territoriais e Indicação Geográfica: um estudo sobre os desafios e perspectivas como alternativa de Desenvolvimento Territorial, com financiamento do CNPq-Brasil. Adicionalmente, compõe parte da base teórica de Projeto de Pesquisa iniciado em 2018, Signos Distintivos Territoriais, Indicação Geográfica e Desenvolvimento Territorial, referente à Bolsa Produtividade em Pesquisa (CNPq) do terceiro autor.

construcción del territorio-red es designado por nosotros como “smartificación” del territorio. Para ilustrar ejemplos de signos distintivos elegimos las Denominaciones de Origen Protegidas (DOP) de la región del Alentejo, Portugal. Los signos distintivos pasan a formar parte de la cadena de valor de la región. El gran desafío de esta nueva fase consiste en encontrar un modelo de smartificación que respete el territorio como paisaje orgánico global, pues estamos convencidos de que no es incompatible con la lógica más horizontal de los agrosistemas.

Palabras clave: Signos Distintivos Territoriales, Iconografía Regional, Inteligencia Colectiva, Smartificación del Territorio, Actor-R

Abstract:

The Territorial Distinctive Signals and their Smartification: An Exploratory Approach of Portuguese Alentejo Region

This paper shows us the first conclusion of the research project The Territorial Distinctive Signals which includes countries like Brazil, Argentina, Portugal and Spain. These distinctive signals are the impressive mark of the regional iconography. With this place-based approach we can design a territorial network and its collective intelligence. The actor-network will be the principal of this building territory and the main architect of its new identity. This cognitive and creative process is defined as territorial smartification. The Portuguese Alentejo region and its distinctive signals were chosen and in order to realize the research we have selected the Protected Designation of Origin (PDO) as the main distinctive signal since they are one of the main input of the territorial value chain. The challenge of this phase is to consider the territory-network as a global organic landscape and prove that the smartification is also compatible with the agroecosystem horizontal logic.

Key-words: Territorial Distinctive Signals, Regional Iconography, Collective Intelligence, Territorial Smartification, Actor-Network.

Introdução

Nos principais dicionários da língua portuguesa, consta que *signo* é sinónimo de sinal. Já a referência ao termo distintivo, refere-se a um sinal ou signo que serve para estabelecer distinção ou diferença, de algo em relação aos seus assemelhados². Assim, neste texto optamos pela adoção do termo signos distintivos. Como os signos ou sinais aos quais vamos nos referir tem uma ancoragem territorial, utilizaremos o termo signos distintivos territoriais.

Assim, por exemplo, o mosaico agrosilvopastoril e paisagístico do montado em Portugal³, os sítios da rede natura 2000 e as áreas de paisagem protegida, a biodiversidade e os serviços ecossistêmicos, o turismo e os percursos de natureza, as denominações de origem protegida portuguesas ou Indicações Geográficas do Brasil, as apelações de património imaterial da UNESCO, a Reserva de Biosfera, as alterações climáticas e as medidas de mitigação e compensação respectivas, os campos e as estações arqueológicas, a cultura tradicional e as paisagens literárias, são dez sinais ou

² Por exemplo, o Dicionário Aurélio de Português, publicado no Brasil.

³ Refere-se a uma paisagem em que predomina o Sobreiro (*Quercus suber*), uma espécie florestal autóctone que se distribui pela zona ocidental da região Mediterrânica, onde se faz sentir a influência Atlântica, a qual é essencial em termos climáticos para diminuir as elevadas amplitudes térmicas e a secura estival características do clima mediterrânico.

signos distintivos territoriais que podem contribuir decisivamente para a construção da iconografia de uma região, a sua marca impressiva territorial.

Sabemos, porém, que há um tráfico destes sinais. Corremos para identificar e delimitar os signos ou sinais distintivos de um território, mas, logo de seguida, corremos para exportar esses sinais distintivos para a cidade universal e cosmopolita, a cidade onde todos os sinais podem ser visualizados em grande escala (turistificação). Neste sentido, é muito interessante observar o que irá passar-se com os espaços rurais, mesmo os mais remotos, que nós julgávamos imunes a este movimento geral de contaminação, imerso num caldo cosmopolita de ambientalização, turistificação e culturalização que, hoje em dia, o universo digital e as redes sociais disseminam à velocidade da luz.

Sabemos, por outro lado, que o todo é maior do que a soma das partes, isto é, que a identidade de uma região ou território é maior do que o somatório dos seus signos distintivos. Esta consideração é plena de significado e consequências e tem um potencial enorme para a investigação-ação. Cada signo distintivo territorial implica duas vias de leitura: a via mono-específica e a via multifuncional e multissetorial. A título de exemplo, escolhamos as denominações de origem protegida (DOP) porque se prestam a esta dupla leitura e porque, cada vez mais, o turismo é o elemento de ligação entre agricultura, ambiente, recreio e lazer, cultura e atividades criativas⁴. Há, portanto, um universo específico DOP (um vinho, um azeite, uma carne, um queijo, entre outros produtos) e um universo ou imaginário territorial pleno de evocações e significações, ou seja, um *terroir* e um território desejado. Para efeitos de observação escolhemos as denominações de origem da região Alentejo.

Com base nos signos distintivos territoriais selecionados podemos aspirar a desenhar um território-rede com inteligência coletiva própria. Doravante, teremos, também, mais cidade no campo e mais campo na cidade. O ator-rede deste território-rede será o protagonista principal desta nova inteligência coletiva e de uma identidade em construção a partir dos seus sinais mais emblemáticos e significativos. Este processo cognitivo do território-rede é aqui designado por nós de smartificação do território.

Assim, em termos de estrutura do texto, fazemos no primeiro tópico uma abordagem teórica introdutória sobre signos distintivos territoriais, relacionando o tema com a questão da tipicidade, especificidade e o desenvolvimento territorial. Em seguida, fazemos referência ao exemplo das DOP do Alentejo, como ilustração distintiva de um território. No terceiro tópico abordamos a construção social de um território-rede como campo privilegiado de intervenção e no quarto a smartificação do território como instrumento criativo de intervenção. Terminamos com algumas notas finais.

SIGNOS DISTINTIVOS, TIPICIDADE, ESPECIFICIDADE E O DESENVOLVIMENTO TERRITORIAL

A literatura, em geral, reconhece que é por meio de signos e o que eles representam que historicamente se estabelecem conversações inteligíveis entre a humanidade. Para Bruch⁵, o signo representa um objeto (material ou imaterial), embora ele não seja nem abarque o próprio objeto, tendo, também a função de distingui-lo de outros objetos, semelhantes ou afins.

A questão dos signos consta dos dispositivos legais de praticamente todos os países. Por exemplo, na Constituição Brasileira se faz referência aos signos distintivos, no título que se refere aos direitos e garantias fundamentais, mais especificamente, no capítulo

⁴ Justifica-se a opção em exemplificar o contexto socioeconômico, cultural e ambiental de Portugal, no fato de que o presente texto resume estudos lá realizados, por membros da equipe de pesquisa.

⁵ Bruch, 2011.

em que trata dos direitos e deveres individuais e coletivos. Afirma-se no referido dispositivo legal que a lei assegurará proteção às criações ou propriedades de marcas, nomes de empresas e a outros signos distintivos, em vista do interesse social e do desenvolvimento tecnológico e econômico. É decorrente dessa previsão de proteção, que no caso do Brasil há uma legislação específica sobre signos distintivos, como o caso da Indicação Geográfica (IG) e das marcas coletivas⁶. Outros países também fazem referência às situações em que produtos com especificidade territorial, presentes em determinados territórios, são reconhecidos por institutos legais similares aos da IG no Brasil.

Ou seja, no caso da legislação brasileira, os signos distintivos são sinais usados no mercado para identificar e distinguir produtos ou serviços⁷, empresas, estabelecimentos, regiões ou localidades. São eles: (i) marca; (ii) nome empresarial; (iii) títulos de estabelecimento; (iv) indicações geográficas; (v) nomes de domínio⁸. Decorrente disso, as IG no Brasil constituem um signo distintivo constituído por nome geográfico reconhecido, repousando no princípio da notoriedade, diferente de qualquer outro selo de certificação que apenas certifica o produto mas não possui caráter de distinguir a região ou a localidade. Trata-se, então, de um signo distintivo que representa a cultura, a tradição, ou o *terroir*, de um território, distinguível dos demais. Temos então como resultado o que convencionamos chamar de signos distintivos territoriais⁹, ou seja, signos que distinguem produtos que tem origem em um território específico.

Sobre a possibilidade de produtos com especificidade territorial serem reconhecidos como signos distintivos territoriais, com a utilização do instituto legal da Indicação Geográfica ou afins, autores como Muchnik¹⁰, recomendam que as estratégias de qualificação e reconhecimento da reputação de produtos impliquem, forçosamente, no estabelecimento de um processo de concertação entre atores do território, atentando à etapas que o autor considera imprescindíveis: (i) incubação da ideia e organização dos atores; (ii) elaboração de um protocolo de negociação entre interesses divergentes, que resulte na construção de compromissos; (iii) ensaios de autocertificação, correção do protocolo e, quando isso for de interesse coletivo, pedido de reconhecimento legal; (iv) consolidação da organização dos atores, avaliação do processo e, quando necessário, reformulação dos objetivos; (v) como resultado dos passos anteriores, reconhecimento legal e incorporação de terceiros ao processo de certificação da qualidade. Por fim, reafirma o autor que, de nada serve certificar a qualidade de um produto com especificidade territorial, sem a elaboração de mecanismos de controle da qualidade pretendida e sem instituições capazes de sancionar fraudes suscetíveis de ser cometidas e, acrescentaríamos, sem que os resultados sejam socializados territorialmente e sua população sinta-se valorizada no seu saber fazer, na sua tradição histórica e modo de vida.

A referência aos produtos que têm origem em um território específico remete a que consideremos a questão da especificidade territorial. Várias questões podem ser destacadas, neste sentido. Uma delas é que a especificidade territorial é parte do patrimônio coletivo das pessoas envolvidas no processo de produção e beneficiamento

⁶ Dallabrida, Pulpón e Tabasco, 2016.

⁷ A legislação brasileira é uma das poucas, senão a única do mundo, que atribui o reconhecimento do instituto legal da Indicação Geográfica a determinados serviços específicos. Um exemplo é a Indicação de Procedência Porto Digital, concedida à Serviços de Tecnologia de Informação e comunicação da Zona Especial do Patrimônio Histórico Cultural, na região metropolitana de Recife (Brasil).

⁸ Gonçalves, 2007.

⁹ Dallabrida, Pulpón e Tabasco, 2016. Outros autores, como o exemplo de Bruch (2011), com sentido análogo, utiliza outra terminologia: signos distintivos de origem.

¹⁰ Muchnik, 2006.

de um produto específico, ou seja, a especificidade e a reputação do produto pertencem à comunidade local que compartilha um direito coletivo do qual se beneficia¹¹.

Champredonde¹² traz reflexões importantes sobre o que se trata um produto típico. Afirma o autor que há duas acepções para o termo. A primeira refere-se à propriedade do produto ser peculiar de um grupo, país, região, época, etc. Exemplificando: o consumo de arroz é típico das culturas orientais. A segunda acepção do termo faz referência a um produto característico ou representativo de uma determinada tipologia, ou seja, o produto pode ser identificado por suas particularidades e, assim, ser diferenciado dos demais similares. Exemplo: salames produzidos na municipalidade de Colônia Caroya na Argentina, cujas características organolépticas e de aparência os diferencia dos produzidos em outras regiões ou territórios.

Afirma Champredonde¹³:

A tipicidade do produto remete então a um grupo humano de referência no qual estão distribuídos os saberes nos quais se sustenta sua qualidade específica. Esta permite diferenciá-lo de produtos similares. Estes saberes, fundamentalmente os não codificáveis, são compartilhados por membros de uma mesma comunidade.

Portanto, segundo o autor, a definição de tipicidade compreende aspectos relacionados a um determinado grupo humano, além de possuir uma qualidade que defina sua tipologia. Ou seja, há uma necessária relação entre produto, grupo humano e território. Já para Caldentey e Gómez¹⁴, a tipicidade de um produto relaciona-se a três conceitos básicos, em torno dos quais se articula a concepção de tipicidade: o de qualidade, diferenciação e território. Qualidade, como uma acepção que se refere à benevolência ou natureza boa de um produto, que não necessariamente tem relação com qualidade superior, sim como conjunto de propriedades que permitem identificar e distinguir um produto de seus similares, portanto, sem conotação valorativa de excelência. A diferenciação, considerando aspectos desde a produção e/ou apresentação até o reconhecimento da diferença pelos consumidores e/ou imagem percebida do produto, trata-se de um produto com características qualitativas particulares¹⁵. Assim compreendido, a diferenciação é o oposto da *standardização*. Já o território, é entendido na dimensão geográfica, histórica e cultural, como antítese de anonimato, como condicionante que interfere na qualidade e diferenciação do produto com suas características naturais edafoclimáticas, por relacionar a produção e o consumo de um produto aos costumes e representações coletivas locais, enfim, pela ancoragem às práticas, métodos e conhecimentos historicamente construídos pelas pessoas residentes no local.

Complementarmente, Vandecandelaere et al. afirmam¹⁶:

A qualidade específica significa que algumas características diferenciam o produto de outros produtos da mesma categoria... No que se refere à diferenciação no mercado, a tipicidade é uma característica importante que precisa ser considerada. Esta significa que o produto não só é específico, senão que também é único graças à combinação de fatores humanos e naturais de produção vinculados ao território.

Assim, segundo os autores, dependendo do grau de especificidade, produtos são reconhecidos pela sua vinculação a determinado local de produção, tornando-se potencial para a constituição de uma IG, no caso do Brasil, ou institutos legais similares

¹¹ Vandecandelaere et al., 2011.

¹² Champredonde, 2011.

¹³ Champredonde, 2011, p. 63.

¹⁴ Caldentey e Gómez, 1996.

¹⁵ Essa é a compreensão, por exemplo, expressa em documentos da Comissão Europeia.

¹⁶ Vandecandelaere et al., 2011, p. 12.

em outros países, como as DOP portuguesas. Estes casos constituem-se em um signo distintivo territorial, como uma imagem expressa mental ou fisicamente, que representa o local, a cultura, a tradição, os fatores naturais e humanos que compõem a origem geográfica do produto específico e o signo representa tudo o que constitui essa origem geográfica.

Portanto, os signos distintivos territoriais consistem em sinais que contribuem na identificação de produtos de determinado lugar ou território e servem para se distinguir dos seus similares. A qualidade diferencial destes produtos, desde que valorizados e reconhecidos tanto no local como externamente, representam um grande potencial na implementação de estratégias de diferenciação baseadas na qualidade específica atribuída pelo território de origem, com potencial de constituir-se num contributo ao desenvolvimento territorial.

Sobre a concepção de desenvolvimento, nos sustentamos em Dallabrida¹⁷:

O desenvolvimento territorial é entendido como um processo de mudança continuada, situado histórica e territorialmente, mas integrado em dinâmicas intraterritoriais, supraterritoriais e globais, sustentado na potenciação dos recursos e ativos (matérias e imateriais, genéricos e específicos) existentes no local, com vistas à dinamização socioeconômica e à melhoria da qualidade de vida da sua população.

Assim, partindo da concepção de desenvolvimento referida, a articulação de estratégias de associativismo que tenham como propósito reafirmar a valorização e o reconhecimento da especificidade territorial, entende-se terem uma única finalidade, nem sempre atendida, conforme admitem estudos já realizados¹⁸: integrarem-se à dinâmica territorial e constituírem-se em efetivo contributo ao desenvolvimento territorial. Portanto, estratégias desta natureza, não podem restringir-se ao propósito de agregação de valor aos produtos, com isso, focando-se quase que exclusivamente na viabilização econômica de empreendimentos locais¹⁹. Para atender à concepção de desenvolvimento referida, precisa constituir-se numa estratégia de potenciação dos recursos e ativos (matérias e imateriais, genéricos e específicos) existentes no local, com vistas à dinamização socioeconômica e à melhoria da qualidade de vida da sua população.

O EXEMPLO E UMA ANÁLISE DAS DOP DO ALENTEJO (PORTUGAL)

Como sabemos, uma grande parte da contribuição dos signos distintivos territoriais para o desenvolvimento territorial faz-se por intermédio da chamada turistificação do território, com os efeitos perversos que são, também, conhecidos: a gentrificação, a liquidificação e a culturalização (o *kitch* e o *pastiche*). As denominações de origem protegida (DOP) como, de resto, outros signos distintivos territoriais não escapam a este movimento geral de turistificação. O que importará promover e acompanhar doravante é a coabitação feliz entre todas as contribuições e, no final, congratularmo-nos com o fato de que o todo é maior do que a soma das partes. Neste caso, que o Alentejo-DOP é maior do que a soma das DOP do Alentejo.

¹⁷ Dallabrida, 2015, p. 325. Conceito que é reproduzido, discutido e contextualizado em duas publicações posteriores do mesmo autor: Dallabrida, 2016a e 2017.

¹⁸ Há uma farta literatura que faz análises de experiências de vários países. Citam-se, como exemplo, três delas: Dallabrida, 2015 e 2016b; Mascarenhas e Wilkinson, 2014.

¹⁹ Ver abordagem sobre esta problemática, realizada em Champredonde e Cosiorovski (2016). Os autores expressam a concepção de valorização integral, com o propósito de abarcar não só os aspectos técnicos e econômicos, senão também os sociais, culturais, patrimoniais e ambientais.

Para que o Alentejo seja um território desejado, um Alentejo-DOP, é necessário que os seus principais signos distintivos territoriais estejam conectados entre si e sob a égide de um ator-rede que seja capaz de lhes imprimir uma intencionalidade simbólica e estratégica, se quisermos, uma linguagem comum e uma cooperação operativa no quadro de uma economia de rede DOP. Da investigação-ação que levamos a cabo nos últimos meses (entrevistas e inquéritos) extraímos, agora, algumas conclusões preliminares que aqui resumimos e que nos ajudam a delimitar um certo discurso sobre as DOP do Alentejo.

Em primeiro lugar, concluímos que as DOP são um sinal distintivo de excelência territorial. São sempre uma opção do produtor que tem à sua disposição outras opções produtivas. É bom não esquecer que a DOP causa segregação na produção e no consumo ao estratificar as opções do produtor e do consumidor e que esta estratificação pode estar na origem de algum ruído territorial por gerar alguma dose de oportunismo e de risco moral.

Em segundo lugar, concluímos que há em cada conjuntura histórica um discurso dominante acerca das DOP e da sua orientação técnico-económica. As DOP podem ter várias explicitações conceptuais e técnicos com repercussão legal, regulamentar e financeira numa certa direção: mais tecnológica, mais agroecológica e ambiental, mais comercial e financeira, mais localista e territorialista. Ou seja, no final, é bem provável que estejamos a compor uma combinação de intervenções e interesses muito diversos e legítimos, isto é, estamos perante uma institucionalidade DOP muito particular.

Em terceiro lugar, concluímos que as DOP têm um desejo oculto; alimentam-se da imanência de um território para, em seguida, se apresentarem como a transcendência desse mesmo território. Todas as DOP, pela sua própria ambição, mergulham fundo no mistério da natureza que as rodeia e, de certo modo, capturam esse território através da sua própria interpretação desse património particular, ou seja, através dos produtos que fabricam, as DOP projetam esse mistério da natureza como se se tratasse de uma forma sublime de transcendência.

Em quarto lugar, concluímos que as DOP são, essencialmente, um espaço de produção, mas são, cada vez mais, um espaço de recreio e consumo, com vários serviços associados. Em suma, as DOP são, cada vez mais, uma composição de produtos e serviços e essa composição altera progressivamente a cadeia de valor original e mesmo a natureza do *terroir* original. Este compromisso permanente entre produto e serviço tem impacto estrutural na cadeia de valor da DOP e no seu modo de funcionamento que é preciso recriar permanentemente.

Em quinto lugar, concluímos que as DOP têm um conteúdo agroecológico e agro-ambiental específico e cada conteúdo gera uma pluralidade de representações paisagísticas que são outros tantos elementos fundamentais para a tomada de decisão. Em suma, todas as opções produtivas envolvem implicações ambientais e paisagísticas e essas opções não são indiferentes para o consumidor, o visitante e o residente. Isto quer dizer que existem várias representações agroambientais e paisagísticas e que essa composição de diversas representações é um elemento central para a tomada de decisão e a condução do negócio.

Em sexto lugar, concluímos que as representações paisagísticas das DOP e dos seus futuros *terroirs* têm um valor estético, artístico e cénico irrecusável, com utilidade para as atividades criativas e culturais. Em suma, os cenários DOP são um recurso fundamental ao dispor dos territórios para compor com outros signos distintivos territoriais uma economia de rede e visitação muito interessante e, sobretudo, para atrair novos atores para atividades criativas e culturais. O mesmo é dizer, o *terroir* como décor de futuras representações artísticas.

Em sétimo lugar, concluímos que as DOP são, fundamentalmente, um sinal de inteligência coletiva territorial e têm, por isso, um grau de exposição social e política no espaço público regional. É por demais evidente que as DOP precisam urgentemente de dialogar entre si, de criar um canal de comunicação privilegiado, pois possuem um recurso abundante e barato chamado cooperação de proximidade. As DOP do Alentejo ocupam praticamente o mesmo território, por isso, não se compreende a ausência de uma plataforma própria para gerir em comum tantos signos distintivos, o que traria um valor agregado muito significativo às respectivas denominações.

Em oitavo lugar, concluímos que as DOP têm uma responsabilidade social, ambiental e territorial e estão, por isso, obrigadas a criar uma economia de rede DOP. Em suma, as DOP do Alentejo precisam em conjunto de criar massa crítica regional e uma série de efeitos de aglomeração, externalidades positivas e rendimentos de escala, isto é, uma economia de rede e visitação, um bem comum, para os respectivos territórios. Esta estrutura de conexão cooperativa é concebida para aumentar a intensidade-rede das relações inter-DOP e a partir daí abre-se um imenso campo de novas possibilidades para todos os territórios.

Em nono lugar, concluímos que há uma constelação de interesses DOP ao redor de cada denominação, isto é, em cada momento há uma composição de interesses que produzem um determinado resultado. Em suma, há uma realidade intra e extra DOP que não se esgota no círculo mais íntimo da denominação de origem. A regulamentação, os apoios públicos, a evolução tecnológica, o comportamento dos mercados, a repartição do poder no interior das cadeias de valor e respectivos circuitos comerciais, as dificuldades financeiras das organizações, a competência dos órgãos e dos seus titulares, as relações entre associados, a evolução da imagem de marca da própria DOP, tudo isto implica um compromisso de interesses e uma gestão fina por parte do governo de cada denominação.

Em décimo lugar, concluímos que as DOP têm uma institucionalidade específica e uma governança dedicada. As DOP têm uma carga de gestão e administração, porventura desproporcionada para a sua dimensão económica, social e territorial. Quer dizer, é preciso averiguar a cada momento se a governança da DOP não segrega pessoas e territórios, isto é, se lhe falta uma cultura do território que acautele a sua sustentabilidade no futuro. Seja como for, e do que fica dito, entende-se que a composição de tantos interesses exige, só por si, uma institucionalidade específica e uma governança dedicada. Importa salientar que no universo DOP do Alentejo tudo leva a crer que se trata de uma cultura excessivamente regulamentar, muito setorializada e verticalizada. Ou seja, no Alentejo não conhecemos, por enquanto, um movimento inter-associativo DOP, uma cultura territorial comum, uma plataforma própria de comunicação, uma indústria específica de conteúdos que são, no seu conjunto, os elementos fundamentais da construção social do território-rede e do ator-rede²⁰ e, do mesmo passo, do seu processo de smartificação.

Em suma, precisamos saber se as DOP são uma imagem promissora para as produções locais e regionais ou se são uma denominação cada vez mais acantonada, pouco representativa, mesmo equívoca, e sem expressão evidente nos instrumentos de política do território. Em síntese, um todo é menor do que a soma das suas partes. É impossível, neste contexto, eleger ou escolher um ator-rede.

²⁰ Covas e Covas, 2014.

A DELIMITAÇÃO DE TERRITÓRIO-REDE COMO CAMPO DE INTERVENÇÃO

Portugal tem parcelas crescentes do seu território em estado de necessidade que mais parecem verdadeiros territórios em reclusão. Referimo-nos a municípios inteiros sem actividade económica digna desse nome, com uma população totalmente envelhecida e, sobretudo, sem um horizonte de esperança no futuro próximo ou longínquo.

Para trás ficaram, entretanto, as promessas da 1ª ruralidade, mais o industrialismo e o urbanismo da 1ª modernidade²¹, trata-se, agora, de preparar a inteligência coletiva territorial da 2ª ruralidade em direção a um objetivo muito mais modesto, ao que designamos como os territórios-rede da 2ª ruralidade, uma malha fina e delicada de pequenos empreendimentos muito bem articulados entre si²². O segredo do sucesso destes territórios-rede é, mais uma vez, a formação de um ator-rede que seja capaz de ouvir, interpretar, promover e realizar as aspirações de um território que é desejado²³.

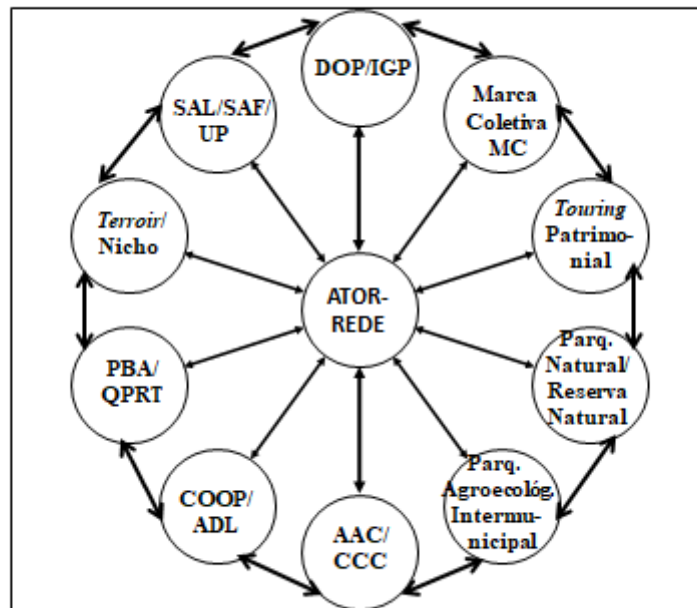
Apresentamos a seguir uma série de exemplos, que são outras tantas configurações sociais de territórios-rede, uma espécie de arquitectura de interiores de uma região determinada. Para tal, necessitamos de um grande esforço de programação e planeamento ao nível regional (Nomenclatura das Unidades Territoriais para Fins Estatísticos - NUTS II) e pôr em prática uma filosofia de contratos de desenvolvimento para territórios-rede em construção, pois o desenvolvimento territorial estará sempre condicionado pela qualidade da política regional que for prosseguida a montante e, ainda mais, pela qualidade da política macroeconómica prosseguida no quadro europeu. Eis uma lista de alguns territórios-rede que podem ser propostos para as nossas sub-regiões, e, em especial, do interior. É fundamental dar-lhes um nome e uma identificação, suscitar para eles a nossa atenção e investigação, aumentar a sua atractividade e visibilidade no espaço público, enfim, relevar os seus signos distintivos territoriais (Ver Figura Nº 1).

²¹ Covas e Covas, 2011.

²² Covas e Covas, 2012.

²³ Covas e Covas, 2014a, 2014b, 2015 e 2016.

Figura Nº 1. Signos Distintivos Territoriais: Construção do Ator-Rede



Fonte: António Covas e Mercês Covas (2017). Textos de trabalho.

Legenda das Siglas da Figura Nº 1:

AAC/CCC – Agricultura Apoiada pela Comunidade/Circuitos Curtos de Comercialização.

COOP/ADL – Cooperativas/Associações de Desenvolvimento Local.

DOP/IGP – Denominação de Origem Protegida/Indicação Geográfica de Proveniência.

PBA/QPRT – Parque Biológico Ambiental/Quinta Pedagógica Recreativa e Terapêutica.

SAL/SAF/UP – Sistema Alimentar Local/Sistema Agro-florestal/Unidades de Paisagem.

A Figura Nº 1 é uma espécie de colar de pérolas onde cada um dos signos distintivos territoriais nos conta uma história singular que pode ser enriquecida e acrescentada por uma ação de conhecimento e intervenção coletivos. Na posse de várias histórias estaremos, então, em condições de criar conteúdos inovadores para um novo processo de identificação e desenvolvimento territorial. O que a Figura Nº 1 visualiza e transmite é esse novo campo de possibilidades do campo. Essa é, mais uma vez, a tarefa do principal, o ator-rede. Sobre esse tema, salientamos algumas observações.

A construção de um Sistema Alimentar Local (SAL)

Um município ou um agrupamento de municípios em articulação com um clube de produtores e um clube de consumidores, uma associação de desenvolvimento local e uma escola superior agrária, por exemplo, propõem-se desenhar um sistema alimentar local (SAL), a partir da agricultura social e periurbana e, por via de uma rede de circuitos curtos, organizar o comércio local de produtos alimentares de proximidade. Ao mesmo tempo, a parceria será útil para requalificar o sistema de espaços e corredores verdes, utilizando, por exemplo, as hortas sociais, as linhas de água e os bosquetes multifuncionais, tendo em vista articular as áreas urbanas, as áreas rurais e as áreas naturais.

A construção de uma Denominação de Origem Protegida (DOP) ou Indicação Geográfica de Proveniência (IGP)

Um parque natural em conjunto com o clube de produtores do parque e a associação ambientalista local, mais o conjunto das aldeias que integram o parque, a associação de desenvolvimento local da região e a escola politécnica ou universidade mais próxima, têm possibilidades de modernizar o sistema produtivo local do parque, criando, para o efeito, uma agroecologia específica, uma denominação de origem protegida (DOP) ou indicação geográfica de proveniência (IGP) e uma nova estratégia de visitação do parque por via de um marketing territorial mais ousado e imaginativo.

A constru o ou requalifica o de um mercado ou segmento de nicho

Um empreendimento turístico, uma comunidade piscatória, uma área de paisagem protegida, uma câmara municipal, uma associa o de desenvolvimento local e uma escola superior politécnica, têm possibilidades de requalificar vários empreendimentos turísticos (aldeamentos da 1^a gera o), as zonas húmidas e uma praia adjacente e criar um nicho de mercado, por exemplo, um novo espaço público de qualidade para o turismo acessível, terapêutico e recreativo (turismo de saúde e bem-estar) com base numa pequena aglomera o de atividades terapêuticas, criativas e culturais criadas para o efeito.

A constru o de um complexo agro-turístico com campo de férias e aventura

Um grupo de aldeias ribeirinhas, na área de influência de um lago, de uma albufeira, de uma barragem ou bacia hidrográfica, os operadores turísticos a  sedeados, as associa es e/ou clubes de produtores agroflorestais, as administra es de recursos hídricos, uma escola superior agrária, têm possibilidades de desenhar e lançar uma estratégia criativa e integrada de agroturismo e turismo rural que inclui a participa o dos visitantes nas práticas agrorurais tradicionais e a colabora o de voluntários de campos de férias, trabalho e aventura.

A constru o de uma rede de turismo de aldeias e um turismo de natureza

Um grupo de aldeias com voca o especializada num determinado setor ou produto, as aldeias vinhateiras do Alto Douro, por exemplo, patrim nio mundial da Humanidade, têm possibilidades de associar-se com os empreendimentos turísticos, as associa es ou clubes de produtores, uma escola superior e as associa es culturais mais representativas, tendo em vista desenhar uma estratégia conjunta de visita o e valoriza o do patrim nio material e imaterial dessa sub-região.

A constru o de uma marca coletiva para o relançamento de uma gama de produtos de uma área agrícola reabilitada

Um grupo de cooperativas agrícolas ou associa es de agricultores, uma empresa de distribui o alimentar ou rede de supermercados, a associa o de municípios da mesma área, uma escola superior agrária ou universidade, têm possibilidades de associar-se, tendo em vista desenhar uma estratégia conjunta de moderniza o agrária e comercial para uma subregião que foi objeto de investimentos públicos significativos e que precisa urgentemente de ser relançada (o regadio da Cova da Beira, por exemplo).

A constru o de um Sistema ou mosaico Agroflorestal (SAF)

Uma ou mais Zonas de Interven o Florestal (ZIF), as associa es ou clubes de produtores florestais, as reservas cinegéticas, as áreas de paisagem protegida e as zonas

de protecção especial, as empresas agroflorestais, uma escola superior agrária, as comunidades humanas implicadas, têm possibilidades de associar-se para constituir um Sistema agroflorestal (SAF) ou agrosilvopastoril, tendo em vista criar uma estratégia de intervenção integrada que vai desde a prevenção e recuperação de áreas ardidas à construção dos sistemas agrosilvopastoris, com o seu cabaz completo de produtos da floresta.

Lançamento de um centro de ecologia funcional e arquitectura paisagística

Um centro de investigação na área da biodiversidade, da ecologia funcional e reabilitação de ecossistemas, um parque ou reserva natural, uma associação agroflorestal, empresas de turismo em espaço rural, empresas na área do termalismo, têm possibilidades de criar um programa de investigação-ação, tendo em vista a preservação da biodiversidade e dos endemismos locais, a melhoria da oferta de serviços ecossistémicos relevantes e a valorização comercial destes ativos biodiversos por via do lançamento de serviços turísticos, culturais e científicos. As áreas ardidas do centro de Portugal são um bom pretexto para esta iniciativa.

Um programa de desenvolvimento de aldeias serranas e de montanha

Um agrupamento de associações de desenvolvimento local em associação com uma universidade ou escola politécnica, uma escola profissional agrícola, um parque ou reserva natural e um conjunto de aldeias serranas, os operadores de turismo de natureza e de aldeia, têm possibilidades de desenhar e lançar um programa de desenvolvimento comunitário de aldeias serranas e de montanha e um cabaz de produtos correspondente.

A construção de um parque biológico e ambiental

Um grupo empresarial da área do termalismo e das águas minerais, uma área de paisagem protegida, uma associação ambientalista ou de desenvolvimento local, uma escola superior politécnica, a cooperativa ou associação local de produtores, as aldeias e vilas da área de influência do projeto, têm possibilidades de criar uma espécie de “santuário, amenidade ou ecossistema exemplar” que seja um local de visitação de boas práticas agroecológicas mas, sobretudo, de aprendizagem das técnicas de engenharia biofísica, ecologia da paisagem e reabilitação de *habitats*, economia da conservação, do baixo carbono e da energia renovável e a arquitectura funcional associada à bioconstrução e à bioclimatização.

Um Parque Agrícola Intermunicipal com objetivos de reinserção social

No campo da ação social, há possibilidades de um projeto intermunicipal, associativo ou comunitário e com base no voluntariado que junte, por exemplo, os Sindicatos, as Instituições Particulares de Solidariedade Social (IPSS), o Instituto de Emprego e Formação Profissional (IEFP), uma escola superior agrária, tendo em vista a reinserção social em sentido amplo, a formação profissional e a realização de contratos de *institutional food* para abastecimento de escolas, prisões, hospitais, quartéis, lares, etc.

Uma Quinta Pedagógica, Recreativa e Terapêutica (QPRT)

No campo da ação pedagógica, recreativa e terapêutica, há possibilidades de um projeto intermunicipal, associativo e comunitário, dirigido aos grupos mais vulneráveis da população com necessidades especiais, que junte as IPSS, os serviços hospitalares, a universidade, as ordens profissionais e os centros de investigação, tendo em vista a provisão de serviços médicos, pedagógicos, recreativos e terapêuticos, mas também

ambientais e ecossistêmicos, que são essenciais para o bem-estar e a qualidade de vida dos grupos mais sensíveis de população.

O regresso dos comuns e o lançamento de condomínios em espaço rural

No campo da ação coletiva e da provisão de serviços comuns, para impedir o uso abusivo de recursos naturais que agravam as alterações climáticas e a utilização dos solos, podem ser desenhadas várias estruturas associativas sob a forma de condomínio, seja para gerir um banco de terras, um espaço baldio, uma linha de água, um bosque multifuncional, uma área de agricultura social, uma zona agroindustrial, um território cooperativo, um parque periurbano, tendo em vista a gestão de “bens comuns”, o exemplo em matéria de mitigação das alterações climáticas ou a pedagogia em redor do risco moral implicado pela prática de atitudes oportunísticas.

Outros territórios críticos a necessitar de rede social

Por fim, poderíamos, também, referir outros territórios em estado crítico a necessitar de intervenção urgente e rede social: guetos urbanos, territórios pendulares, territórios de 2ª residência em meio rural, zonas turísticas padecendo de *stress* sazonal e gentrificação, zonas industriais decadentes, zonas florestais desordenadas, bacias hidrográficas descuidadas, etc.

Em todos os exemplos referidos, o propósito é sempre o mesmo: a valorização de recursos naturais e culturais, mais tradicionais ou mais atuais, alguns em risco e outros expectantes, a formação de uma nova cadeia de valor territorial, uma ação coletiva inovadora, um ator-rede inteligente e uma comunidade de autogoverno eficaz. Além disso, é preciso criar espaço público favorável em redor do futuro território-rede. Uma comissão promotora pode ajudar nessa tarefa, criar um princípio de identificação e procurar os seus sinais mais distintivos, indagar se se trata de um território-desejado, só assim estaremos em condições de aumentar a sua atractividade, visibilidade e curiosidade. A smartificação e, em especial, a (i)conomia podem ajudar a construir esta nova identificação do território.

A SMARTIFICAÇÃO DO TERRITÓRIO COMO INSTRUMENTO DE INTERVENÇÃO

A smartificação do território inscreve-se no movimento geral de digitalização dos objetos (naturais e culturais). Por isso, a nossa veemente interrogação: quando o aparato digital tomar conta do território, como se apresentará a ocupação do território, com mais *stock* ou mais fluxo de população?

Eis uma pergunta verdadeiramente intrigante para o próximo futuro. Vem aí a indústria dos objetos conectados. Doravante, podemos fazer plantações sensoriais para conectar estes objetos, isto é, tudo será inteligente (*smart*), mais tarde ou mais cedo: a cidade, a habitação, a fábrica, o hospital, o aeroporto, a universidade, o centro comercial, mas, também, o campo agrícola, a empresa pecuária, a floresta, o parque natural, etc.

Já hoje, de resto, no domínio da agricultura, os avanços tecnológicos são imseparáveis, os sensores e os *agribots*, estão por todo o lado. Eis alguns exemplos ligados à agricultura de precisão, a empresa agrícola 4.0: (i) gestão remota da rega; (ii) a monitorização das culturas a partir de imagens aéreas (obtidas com *drones*); (iii) cálculo algorítmico do índice de vegetação por diferença normalizado (NDVI); (iv) câmaras de vigilância nos estábulos e vacarias; (v) *Robots* de ordenha e alimentação; (vi) chips nos animais para acompanhamento do seu ciclo de vida; (vii) *robots* para realizar os trabalhos na vinha (*winebots*); (viii) veículos autónomos como máquinas agrícolas e tratores; (ix) a sensorização da floresta (os olhos e os ouvidos das árvores); (x) as

câmaras térmicas (os olhos noturnos dos bombeiros); (xi) imagens por *drone* das zonas com maior acumulação de matos; (xii) *robots* para fazer o ataque a incêndios; (xiii) recolha e tratamento da informação bruta - *farming data* e *cloud computing*; (xiv) modelos computacionais para a elaboração de cenários de intervenção; (xv) criação de aplicações em *smartphones* para uso de agricultores e bombeiros; (xvi) inteligência artificial (*machine learning*) para diversas simulações, etc.

Este pequeno resumo ilustra bem o que poderá ser o campo do futuro e o futuro do campo, de acordo com um certo determinismo tecnológico. Se a esta plantação-conexão digital juntarmos a constelação tecnológica formada pelas nanotecnologias, as biotecnologias, as ciências da vida, do solo e da água e as indústrias da alimentação, teremos seguramente uma ocupação do território muito diferente da atual, com menos gente nos lugares (*in situ*) e mais gente fora dos lugares (*ex situ*) ocupada em tarefas de vigilância, programação, planeamento e controlo à distância.

Dito isto, a grande questão de sociedade parece ser, então, a seguinte: depois de um primeiro êxodo agrícola promovido pela industrialização e a urbanização (a 1ª ruralidade), estaremos nós na iminência de desencadear um segundo êxodo agrícola com a smartificação do território, agravando todas as condições relativas ao despovoamento e desertificação das chamadas áreas de baixa densidade ou, pelo contrário, há uma baixa densidade virtuosa que a smartificação pode ajudar a conceber e construir?

Esta questão é tanto mais pertinente, quanto se discute, agora, o impacto das alterações climáticas e dos fogos florestais, bem como os modelos de exploração agrícola e florestal que devem ocupar de forma ordenada o território, tal como nos ensina o arquitecto Gonçalo Ribeiro Telles, quando se refere ao “organicismo da paisagem global”²⁴. O nosso receio é mesmo este, ou seja, que a smartificação casuística não saiba respeitar o organicismo da paisagem global.

Vejam algumas questões fundamentais a este propósito.

Lógicas bioprodutivista e agroecossistêmica

A smartificação do território consente, digamos, esta bifurcação, ela depende das nossas opções produtivas, mas a lógica bioprodutivista é claramente hegemônica e é aquela que melhor se adequa aos algoritmos da smartificação. Seja como for, é importante afirmar que a smartificação não é incompatível com a lógica agroecossistêmica, para além de permitir uma estrutura do emprego rural muito mais favorável aos territórios que pode e deve ser testada e demonstrada por ações e projetos de investigação e extensão.

Smartificação e capitalização da agricultura

Temos muitas dúvidas de que a fase da smartificação do território, e da agricultura em particular, pela capitalização e conhecimento técnico que implicam, seja uma tarefa de proprietários, rendeiros e explorações agrícolas tradicionais, para usar o eufemismo corrente. A smartificação da agricultura já está em curso, de forma difusa e selectiva, mas os robots agrícolas não se compadecem com a agricultura tradicional, antes exigem uma agricultura bioprodutivista muito mais capitalizada. O mais provável é que este investimento seja realizado por agentes exteriores ao território em questão. De resto, não se trata apenas de investimento, mas, também, de um novo compromisso entre o sistema produtivo e os novos utilizadores, o que poderá ter algumas implicações na gestão sustentável dos recursos naturais.

²⁴ Telles, 2011.

Um ecossistema territorial inteligente

A smartificação de um território vai muito para além da smartificação da agricultura. É uma tarefa muito exigente em matéria de programação e planeamento regional e supõe a construção de um ecossistema inteligente não apenas para atrair uma nova geração de empreendedores mas, também, para criar uma mesoeconomia mais colaborativa e cooperativa, orientada para novas configurações territoriais, por exemplo, a criação de territórios-rede e atores-rede com determinadas características estruturais.

O organicismo da paisagem global

Na sequência do tópico anterior, não basta o determinismo tecnológico de uma smartificação do território feita de sistemas de informação geográfica (SIG e GPS) e uma série de aplicações em *smartphones* para fazer rodar uns *agribots* e uns *drones* de vigilância do estado das culturas, embora possa ser essencialmente isso nesta fase. O organicismo da paisagem global, a harmonia dos seus elementos constitutivos e o bem-estar das populações residentes estão para além da inteligência artificial e só nos parecem possível no quadro de territórios-rede desejados e administrados por um ator-rede dedicado e dotado de capital cognitivo suficiente para tal.

As redes digitais centralizadas e distribuídas

A smartificação da agricultura de precisão conduzida numa lógica bioprodutivista obedece geralmente a uma rede digital centralizada de acordo com uma cadeia de comando bem desenhada, muitas vezes estranha ao próprio território. Por outro lado, a lógica agroecossistêmica e o organicismo da paisagem global obedecem a uma rede digital distribuída (uma rede *peer to peer*, *P2P*) que requer uma outra cibercultura, muito mais próxima das comunidades locais de vizinhança e proximidade.

Os novos gestores da smartificação da paisagem

A “paisagem global” de Telles²⁵ é um mosaico multifuncional complexo onde cabem a conservação da natureza, a produção de alimentos frescos, as amenidades agroturísticas e a gestão das áreas de paisagem protegida, de acordo com critérios técnicos, mas, também, estéticos e éticos. Isto significa que, no plano dos processos e procedimentos relativos aos sistemas agroecológicos, a smartificação pode também contribuir para uma profunda revolução na gestão integrada das unidades de paisagem e áreas de paisagem protegida, das empresas agrícolas e florestais e das amenidades e serviços ambientais que, conjuntamente com os núcleos populacionais, formam a estrutura básica do ordenamento do território e da paisagem.

NOTAS FINAIS

Os signos distintivos são informação bruta acerca de um território. Se esse território reunir as características de um território-rede essa informação pode ser recolhida e tratada em benefício do mesmo território. A este processo de valorização damos o nome de smartificação do território, se quisermos, uma produção de conteúdos inovadores tendo em vista a formação de uma cadeia de valor desse mesmo território.

O grande desafio dessa nova fase é uma smartificação inteligente do território como paisagem orgânica global, como território-ser vivo, pois estamos convencidos de que a smartificação não é incompatível com a lógica agroecossistêmica. De resto, o ator-rede é um ator inteligente que não confundirá plantações de árvores com floresta, engenharia florestal com silvicultura, culturas transgênicas com agricultura, animais clonados com

²⁵ Telles, 2011.

pecuária, operações fundiárias com engenharia biofísica, arranjo verde com arquitetura paisagística, esverdeamento de culturas com prestação de serviços ecossistêmicos e gestão do sistema de produtos com gestão dos produtos do sistema. Este elenco é, só por si, um grande programa de investigação-ação a realizar pelas futuras redes digitais distribuídas que são, já hoje, o instrumento fundamental de smartificação do território e da futura economia e sociedade colaborativas. As empresas *start-ups* que criam plataformas tecnológicas e aplicações informáticas são, na narrativa dominante, o agente principal destas redes digitais distribuídas e aqui a imaginação não tem limites.

É fundamental, porém, deixar dois avisos à navegação.

Em primeiro lugar, no caso europeu, vamos para o sexto exercício de programação dos fundos estruturais europeus (2020-2027) e ninguém parece interrogar-se sobre as razões pelas quais as assimetrias regionais e territoriais em Portugal se agravaram em quase trinta anos de investimento local, rural e regional. De cada vez que há um período de ajustamento, por razões de déficit ou de dívida pública, assistimos a uma desvalorização dos ativos do território e a uma forte depreciação dos investimentos, entretanto realizados (e já nem falamos dos incêndios florestais). Este será o nosso principal problema, agora e no futuro, ou seja, a destruição de tecido produtivo e de tecido social sempre que acontece um período de ajustamento. Com um país extremamente endividado e com o elevado custo de oportunidade do investimento em interioridade não haverá política de desenvolvimento territorial que resista ao para-arranca da política de ajustamento macroeconómico. Estamos, sobretudo, a pensar nesse território imenso que é o Portugal interior, nessas aldeias e vilas do nosso rural remoto, que mais parecem concelhos-lar que crescem todos os dias à míngua de esperança e de soluções empreendedoras que lhes permita sair do seu estado de letargia.

Em segundo lugar, os territórios mais remotos e hostis são um desafio à imaginação tecnológica e digital e aguardamos, a todo o tempo, que as *start-up* mais ousadas sejam capazes de nos trazer novidades na forma de ocupar estes territórios. Todavia, à nova economia imaterial, para fazer prova de vida, não bastam as comunidades *online* criadas de geração espontânea em espaços e laboratórios de trabalho colaborativo municipais. Também não bastam as *start-up* geradas em incubadoras e aceleradoras, quais corredores solitários em busca de uma pista segura que lhes garanta um mínimo de sustentabilidade. Há, de fato, um longo caminho a percorrer entre o conforto de uma rede digital gerida por uma comunidade *online* e o desconforto de um problema real gerido por uma comunidade real, municipal ou associativa, já para não falar da qualidade do ator-rede que administra a rede digital distribuída.

Quer dizer, teremos de fazer, rapidamente, uma revisão da matéria dada no que diz respeito aos espaços e laboratórios de trabalho colaborativo, as incubadoras, os centros de investigação, as associações de desenvolvimento local ou regional, que têm sido até agora os locais privilegiados para fazer nascer estas redes distribuídas e perceber melhor o lado virtuoso da baixa densidade e as razões para tão baixa performatividade e efetividade destes instrumentos de intervenção no território.

Num país tão pequeno como Portugal, tão veloz e tão desigual do ponto de vista urbano-cultural, a morte da distância operada pelas tecnologias digitais coloca os cidadãos a residir no litoral, na dependência de um centro urbano ou de uma área metropolitana. Porém, tudo ponderado, nem é assim tão mau, pois podemos ter o melhor de dois mundos: de um lado, as economias de aglomeração das duas grandes cidades metropolitanas e, de outro lado, à distância de pouco mais de uma hora, poder usufruir dos benefícios e virtualidades das economias de gama, nicho e baixa densidade, para lá do recreio e lazer que o denominado interior sempre nos oferece. Em vez da

morte da distância teríamos a glorificação da distância e contra o desfavorecimento do interior nós teríamos, isso sim, a obrigação de criar uma rede densa de complementaridades e efeitos externos positivos que importaria organizar com todo o cuidado de modo a reduzir o passivo acumulado das desigualdades regionais e territoriais.

No entanto, o contexto socioeconômico, cultural e ambiental de Portugal, em pouco se parece com a realidade brasileira, o que exige novos e diferentes desafios. Mas, várias possibilidades apontadas para o caso português, em diferentes níveis, em alguns territórios já se apresentam como um futuro possível, não só no Brasil mas em outros países. O desafio é fazer com que as possibilidades apontadas tenham efetividade no sentido de tornarem-se um contributo ao desenvolvimento territorial, pela potenciação dos recursos e ativos (materiais e imateriais, genéricos e específicos) existentes no local, com vistas à dinamização socioeconômica e à melhoria da qualidade de vida da sua população.

REFERÊNCIAS

BRUCH, K. L. B. *Signos distintivos de origem: entre o velho e o novo mundo vitivinícola*. Tese de Doutorado dirigida por Vera Maria Jacob de Fradera e Daniel Gadbin. Universidade Federal do Rio Grande do Sul e Université Rennes I, Porto Alegre/RS/Rennes/France, 2011, 277 p.

CALDENTEY, P. A.; GÓMEZ, A. C. M. Productos típicos, territorio y competitividad. *Agricultura y Sociedad*, 1996, nº 80-81, p. 57-82.

CHAMPREDONDE, M. ¿Qué es un producto típico certificable mediante IG/DO en el contexto Latinoamericano? Ejemplos a partir de casos argentinos. *Perspectivas Rurales. Nueva Época*, 2011, Año 10, n. 19, p. 61-82.

CHAMPREDONDE, M.; COSIOROVSKI, J. G. ¿Agregado de Valor o Valorización? Reflexiones a partir de Denominaciones de Origen en América Latina. *RIVAR - Revista Iberoamericana de Viticultura, Agroindustria y Ruralidad*, septiembre de 2016, v. 3, n. 9, p. 147-172.

COVAS, A.; COVAS, M. M. *A construção social dos territórios-rede: A inteligência territorial da 2ª ruralidade*. São Paulo, Editora LiberArs, 2014b (eBook Kindle).

COVAS, A.; COVAS, M. M. A dieta mediterrânica – a criação de uma cadeia de valor multifuncional. Para uma nova inteligência territorial no rural tradicional algarvio. Uma abordagem exploratória. *Revista de Geografia e Ordenamento do Território*, 2015e, n.º 7, p. 111-128.

COVAS, A.; COVAS, M. M. A Dieta Mediterrânica - Entre a tradição e a inovação - Uma oportunidade para o rural tradicional algarvio. In COVAS, A.; COVAS, M. M. *Definindo Dieta Mediterrânica - Património Cultural da Humanidade*. Faro: Universidade do Algarve, 2015d, p. 276–286, (E-Book).

COVAS, A.; COVAS, M. M. Cultura Digital, Inteligência Colectiva e Interdisciplinaridade. In *Proceedings of the International Congress on Interdisciplinarity in Social and Human Sciences*. CIEO. Faro, Universidade do Algarve, 5-6 de maio/2016b, p. 79-88. Acessível em: http://media.wix.com/ugd/30a75f_6367679ee91d4e5e98495a0415790a01.pdf.

COVAS, A.; COVAS, M. M. Da microgeoeconomia aos territórios-rede. In: *X Coloquio Ibérico de Estudios Rurales. Territorios rurales, Agriculturas locales y Cadenas alimentarias*, (X CIER). València: Editorial Universitat Politècnica de València, 16-17 de Outubro de 2014d, p. 137-140.

COVAS, A.; COVAS, M. M. Dos territórios-zona (T-Z) aos territórios-rede (T-R): um instrumento para a 2ª ruralidade pós-productivista». In *I Coloquio Internacional de*

Geografia Rural - Colorural2016 - XVIII Colóquio de Geografia Rural da AGE. Ciudad Real (Espanha), 7-9 de Setembro de 2016c, p. 590-604. Acessível em https://www.researchgate.net/publication/307974511_Treinta_anos_de_Politica_Comun_en_Espana_Agricultura_y_multifuncionalidad_en_el_contexto_de_la_nueva_ruralidad

COVAS, A.; COVAS, M. M. Em busca de uma racionalidade territorial multiníveis nos processos de governança regional: o exemplo da região do Algarve. *Desenvolvimento Regional em debate*, 2013, v. 3, n. 2, p. 66-85.

COVAS, A.; COVAS, M. M. *Multiterritorialidades I: Temas e problemas de governança e desenvolvimento territoriais*. Lisboa: Editora Colibri, 2015a.

COVAS, A.; COVAS, M. M. Os territórios inteligentes e criativos da 2ª ruralidade: um ensaio exploratório em redor da dieta mediterrânica. In II Encontro Lusófono em Economia, Sociologia, Ambiente e Desenvolvimento Rural (ESADR 2016). “Políticas Públicas” para a Agricultura PÓS 2020/VIII, Congresso da APDEA, ESADR 2016. Instituto Politécnico de Coimbra – Escola Superior Agrária, Coimbra, 7 – 9 de Setembro. *Livro de Actas*, p. 461-479, 2016a.

COVAS, A.; COVAS, M. M. *Os territórios-rede: a inteligência territorial da 2ª ruralidade*. Lisboa: Editora Colibri, 2014a.

COVAS, A.; COVAS, M. M. Os territórios-rede: uma nova inteligência territorial em Portugal. In DALLABRIDA, V. R. (Org.). *Desenvolvimento territorial: políticas públicas brasileiras, experiências internacionais e a Indicação Geográfica como referência*. São Paulo: Editora LiberArs, 2014c, p. 97-119.

COVAS, A.; COVAS, M. M. Sociedade algorítmica, Pluriactividade, e Rendimento Básico Universal (RBU): uma utopia para o século XXI? In *2nd International Congress on Interdisciplinarity in Social and Human Sciences*, Universidade do Algarve, Faro, 11 a 12 de Maio, 2017a.

COVAS, A.; COVAS, M. M. Sociedade do conhecimento, escalas de governo e governança territorial: a sociedade portuguesa em transição. In II Congresso Internacional SETED-ANTE, *Actas...*, Santiago de Compostela, 1-3 de julho, 2015b.

COVAS, A.; COVAS, M. M. Sociedade do conhecimento, escalas de governo e governança territorial – um ensaio exploratório e prospectivo para a sociedade portuguesa. *Desenvolvimento Regional em debate*, 2015c, v. 5, n. 2, p. 25-47.

DALLABRIDA, V. R. Ativos territoriais, estratégias de desenvolvimento e governança territorial: uma análise comparada de experiências brasileiras e portuguesas. *Revista EURE*, mayo/2016b, v. 42, n. 126, p. 187-212.

DALLABRIDA, V. R. Governança territorial: do debate teórico à avaliação da sua prática. *Análise Social*, 2015, v. L(2º), n. 215, p. 304-328.

DALLABRIDA, V. R. *Teorias do Desenvolvimento: aproximações teóricas que tentam explicar as possibilidades e desafios quanto ao desenvolvimento de lugares, regiões, territórios ou países*. Curitiba (PR): Editora CRV, 2017.

DALLABRIDA, V. R. *Território, Governança e Desenvolvimento Territorial: indicativos teórico-metodológicos, tendo a Indicação Geográfica como referência*. São Paulo: LiberArs, 2016a.

DALLABRIDA, V. R.; PULPÓN, A. R. R.; TABASCO, J. J. P. Signos Distintivos Territoriais, Indicação Geográfica e Desenvolvimento Territorial: uma primeira apreciação sobre experiências na Espanha e Brasil. In IX Encontro Nacional de Pesquisadores em Gestão Social/ENAPEGS, *Anais...*, Porto Alegre (RS-Brasil), Universidad Federal do Rio Grande do Sul, maio/2016.

DALLABRIDA, V.; COVAS, M. M.; COVAS, A. Inovação, desenvolvimento e espaço urbano: uma relação necessária mas não suficiente. *Revista Brasileira de Estudos Urbanos e Regionais (RBEUR)*, 2017, v. 19, n. 2 (Maio-Agosto), p. 360-378.

GONÇALVES, M. F. W. *Propriedade Industrial e a Proteção dos Nomes Geográficos: indicações geográficas, indicações de procedência e denominações de origem*. Curitiba: Juruá Editora, 2007.

MASCARENHAS, G.; WILKINSON, J. Indicações geográficas em países em desenvolvimento: potencialidades e desafios. *Revista de Política Agrícola*, 2014, v. 23, n. 2, p. 103-115.

MUCHNIK, J. Identidad territorial y calidad de los alimentos: procesos de calificación y competencias de los consumidores. *Agroalimentaria*, 2006, v. 12, n. 22, p. 89-98.

TELLES, G. R. Paisagem Global – Conceito para o Futuro. In SERRÃO, A. V. (Coord.). *Filosofia da Paisagem*. Lisboa: Centro de Filosofia da Universidade de Lisboa, 2011, p. 476-485.

VANDECANDELAERE, E.; ARFINI, F.; BELLETTI, G.; MARESCOTTI, A. (Editores). *Uniendo Personas, Territorios y Productos. Guía para fomentar la calidad vinculada al origen y las indicaciones geográficas sostenibles*. Roma: FAO/SINER-GI, 2011 (reimpressão).